

racional distrital de Setúbal Alcino Monteiro Marques, no comandante operacional distrital de Viana do Castelo António Costeira Antunes, no comandante operacional distrital de Vila Real Carlos Manuel Gomes Matos da Silva e no comandante operacional distrital de Viseu António César Silva Rodrigues da Fonseca, no âmbito da administração dos respectivos Comandos Distritais, e atenta a imprevisibilidade das deslocações a efectuar, a competência para autorizar deslocações em serviço oficial em território nacional dos titulares dos cargos da estrutura operacional, funcionários e demais colaboradores afectos a cada um dos CDOS, durante o ano de 2007.

2 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados pelos comandantes operacionais distritais, no âmbito da presente subdelegação de competências, desde 24 de Abril de 2007 e até à data de publicação do presente despacho.

3 — O presente despacho entra em vigor na data da sua publicação.

16 de Agosto de 2007. — O Director Nacional de Recursos de Protecção Civil, *José Gamito Carrilho*.

Despacho n.º 20 691/2007

Condução de viaturas afectas à ANPC

Considerando que a Autoridade Nacional de Protecção Civil, para além dos serviços situados na sua sede em Carnaxide (ANPC), actua através de 18 comandos distritais de operações de socorro e exerce a tutela de cerca de 450 corpos de bombeiros do continente;

Considerando ainda que a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) não dispõe de motoristas que assegurem, em permanência e em tempo oportuno, a condução das viaturas necessárias à prossecução das tarefas que lhe incumbem, em especial, de protecção e socorro das pessoas e bens;

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, determino:

1 — Nas missões de serviço em que se verifique a inexistência de motoristas e mediante prévia designação do respectivo director, comandante, chefe ou coordenador, é autorizada a condução das viaturas afectas à ANPC pelo pessoal a prestar serviço na ANPC, portador de título de condução válido, independentemente do vínculo jurídico laboral.

2 — O pessoal referido no número anterior que, ao abrigo do presente despacho, conduzir viaturas afectas à ANPC em missões de serviço, fica abrangido pelo disposto nos artigos 3.º, 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro.

21 de Agosto de 2007. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Despacho n.º 20 692/2007

Aprovação dos equipamentos a utilizar nos testes de rastreio na saliva

Considerando que o n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento de Fiscalização da Condução sob Influência do Alcool ou de Substâncias Psicotrópicas, aprovado pela Lei n.º 18/2007, de 17 de Maio, determina que os modelos dos equipamentos a utilizar nos testes de rastreio

na saliva, a efectuar pelas entidades fiscalizadoras na via pública no âmbito da fiscalização da condução sob influência de substâncias psicotrópicas, sejam aprovados por despacho do presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária:

Assim, nos termos do disposto no citado n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento de Fiscalização da Condução sob Influência do Alcool ou Substâncias Psicotrópicas, aprovado pela Lei n.º 18/2007, de 17 de Maio, determina-se o seguinte:

Só podem ser utilizados pelas entidades fiscalizadoras, no rastreio da presença, na saliva dos condutores, de substâncias psicotrópicas, os modelos de equipamentos que realizem testes rápidos na saliva e obedeçam às seguintes características:

- a) Se encontrem acondicionados em invólucros individuais estanques que permitam a sua conservação à temperatura ambiente;
- b) Sejam descartáveis, após uma utilização;
- c) Sejam de fácil manuseamento e leitura e não obriguem à utilização de equipamentos ou de meios adicionais para a obtenção do resultado, o qual deve ser dado pelo próprio instrumento;
- d) Sejam fornecidos com instruções de utilização traduzidas em português;
- e) Possuam capacidade de avaliação qualitativa dos quatro grupos de substâncias — anfetaminas, opiáceos, cocaína e cannabis — previstas na Lei n.º 18/2007, de 17 de Maio;
- f) Respeitem regras de higiene e de segurança na recolha da amostra e na utilização da amostra de saliva, sendo fácil o seu manuseamento;
- g) Não careçam de mais do que dez minutos para a recolha da amostra de saliva e possuam forma de conservação da amostra recolhida;
- h) Forneçam o resultado qualitativo no prazo máximo de 30 minutos após o termo da recolha da amostra.

Assim, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 77/2007, de 29 de Março, e do n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento de Fiscalização da Condução sob Influência do Alcool ou Substâncias Psicotrópicas, aprovado pela Lei n.º 18/2007, de 17 de Maio, aprovo por um período de um ano, para utilização na fiscalização do trânsito, os equipamentos que, após realização da respectiva análise, se encontram aptos para serem utilizados nos testes de rastreio na saliva, das marcas e dos modelos seguintes:

- a) *Branan Oratec III;*
- b) *Securetec Drug Wipe 5;*
- c) *Acon Multi Drug Multi-Line Twist Screen Test Device;*
- d) *Drager Drug Check;*
- e) *Avitar Oralscreen Drugometer;*
- f) *Dialab Diaquick Doa-Saliva Multi 6.*

15 de Agosto de 2007. — O Presidente, *Paulo Nuno Rodrigues Marques Augusto*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Listagem n.º 232/2007

Nos termos do artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, faz-se pública a lista de adjudicações de obras públicas referentes ao ano de 2006:

Designação da obra pública	Forma de atribuição	Valor com IVA (euros)	Adjudicatário
Reparação da cobertura no edifício principal na Esquadra de Ovar.	Ajuste directo	9 510,60	Irmãos Pinho Resende, L. ^{da}
Reparação e recuperação do edifício das instalações da 1.ª Divisão — COMETLIS.	Ajuste directo	42 909,72	MIU — Gabinete Técnico de Engenharia, L. ^{da}
Colocação de vedações nos repetidores de Valongo e de Santo Tirso.	Ajuste directo	2 722,50	Serralharia Fernando Ferreira, L. ^{da}
Construção de ramais de gás no edifício da Bela Vista — COMÉTPOR.	Ajuste directo	5 437,01	RAPIDGÁS, L. ^{da}
Reparação e colocação de janelas no Edifício de Simulação Criminal na EPP — Torres Novas.	Ajuste directo	1 127,72	FICAAT, L. ^{da}
Conservação e isolamento da oficina do Departamento de Comunicações — Direcção Nacional.	Ajuste directo	6 923,62	GIMANCE, L. ^{da}
Conservação e impermeabilização do edifício do Comando de Polícia de Bragança.	Ajuste directo	968	NORDISTELAS, L. ^{da}
Reparação da canalização na Esquadra de Santana — CR Madeira.	Ajuste directo	5 347,50	Metalúrgica Progresso da Madeira.
Reparação da canalização na Secção Policial de Guimarães.	Ajuste directo	4 596,49	TEISIL, L. ^{da}
Alteração e colocação de divisórias na Divisão de Recrutamento em Belas.	Ajuste directo	11 508,31	Sociedade de Construções SANDILOR, L. ^{da}

Designação da obra pública	Forma de atribuição	Valor com IVA (euros)	Adjudicatário
Reparação e remodelação de balneários na messe da EPP — Torres Novas.	Ajuste directo	26 522,82	GIMANCE, L. ^{da}
Reparações diversas na cobertura da Esquadra de Ponte de Lima.	Ajuste directo	3 407,36	Pereira & Ferreira Pinto, L. ^{da}
Reparação de instalações sanitárias no edifício principal do ISCPSI.	Ajuste directo	5 293,75	Sociedade de Construções Aldeia Nova, L. ^{da}
Adaptação e reforço da estrutura na sala de aulas da EPP — Torres Novas.	Ajuste directo	12 039,50	LIDERMETAL, L. ^{da}
Adaptação e compartimentação do arquivo da 5.ª Divisão — COMETLIS.	Ajuste directo	28 201,41	Sociedade de Construções Aldeia Nova, L. ^{da}
Adaptação e colocação de mastro de antena de transmissões na 30.ª Esquadra — COMETLIS.	Ajuste directo	5 929	LUSECA, L. ^{da}
Reparação e remodelação da messe de oficiais da Direcção Nacional.	Ajuste directo	28 067,16	GIMANCE, L. ^{da}
Reparação de infiltrações de águas na Esquadra de Chelas — COMETLIS.	Ajuste directo	1 341,10	António da Rosa Ferreira — Construção Civil.
Reparação e substituição de caixilharias na Esquadra da Praia da Vitória — CE de Angra do Heroísmo.	Ajuste directo	29 177,96	Armindo C. Dias, L. ^{da}
Adaptação e colocação de passadiços no edifício de treinos no GOE em Belas.	Ajuste directo	9 075	Sociedade de Construções SANDILOR, L. ^{da}
Reparação da canalização da piscina na EPP — Torres Novas.	Ajuste directo	14 368,99	TVE, L. ^{da}
Reparação do pavimento da parada na Direcção Nacional	Ajuste directo	15 015,06	Sociedade de Construções SANDILOR, L. ^{da}
Reparação do portão e do gradeamento na Direcção Nacional.	Ajuste directo	9 196	LUSECA, L. ^{da}
Pintura da piscina na EPP — Torres Novas.	Ajuste directo	9 438	GIMANCE, L. ^{da}
Reparação e colocação de janelas no edifício de entrada da EPP — Torres Novas.	Ajuste directo	6 038,02	FICAAT, L. ^{da}
Construção de ventilação forçada na Esquadra do Bairro Alto — COMETLIS.	Ajuste directo	2 765,58	Sociedade de Construções Aldeia Nova, L. ^{da}
Reparação de infiltrações na sala de formação do Curso de Subchefes na EPP — Torres Novas.	Ajuste directo	544,50	MATECOSA, L. ^{da}
Adaptação e colocação de um telheiro no edifício n.º 2 na Direcção Nacional.	Ajuste directo	574,75	ALURAMA, L. ^{da}
Adaptação das instalações do Núcleo de Comunicações no CE de Angra do Heroísmo.	Ajuste directo	10 350	AÇORVIAS, L. ^{da}
Reparação e colocação de divisórias na 5.ª Divisão — COMETLIS.	Ajuste directo	7 932,88	Sociedade de Construções Aldeia Nova, L. ^{da}
Reparação e substituição da cobertura da Esquadra de Ovar.	Ajuste directo	30 104,80	Irmãos Pinho Resende, L. ^{da}
Reparações diversas na sede do CP de Castelo Branco	Ajuste directo	20 388,50	Joaquim Manuel Bento.
Adaptação da Esquadra de Massamá — COMETLIS.	Ajuste directo	26 456,65	Moisés & Francisco, L. ^{da}
Reparação da canalização nos quartos de detenção na Esquadra de Santana — CR Madeira.	Ajuste directo	1 493,85	Metalúrgica Progresso da Madeira.
Reparação do tecto falso na sala de comunicações do CP de Leiria.	Ajuste directo	11 520,01	Construções Pastilha & Pastilha, S. A.
Reparação de várias infiltrações na Esquadra de Chelas COMETLIS.	Ajuste directo	514,25	António da Rosa Ferreira — Construção Civil.
Reparação e remodelação das zonas de detenção do CP de Bragança.	Ajuste directo	17 824,51	Abel Luís Nogueiro & Irmãos, L. ^{da}
Reparação da clarabóia na Secção Policial de Elvas	Ajuste directo	4 658,50	António João Carronha Brinquete.
Reparação de canalização na 2.ª Esquadra — CP de Coimbra.	Ajuste directo	2 571,25	Baptista & Marques, L. ^{da}
Reparação de prumadas de águas pluviais no edifício da 3.ª Divisão COMETLIS.	Ajuste directo	1 173,70	Sociedade de Construções Aldeia Nova, L. ^{da}
Reparação e recuperação do edifício das instalações da 1.ª Divisão — COMETLIS.	Ajuste directo (trabalhos a mais).	10 610,49	MIU — Gabinete Técnico de Engenharia, L. ^{da}
Reparação da canalização na Secção Policial de Guimarães.	Ajuste directo (trabalhos a mais).	305,53	TEISIL, L. ^{da}
Reparação e remodelação de balneários na messe da EPP — Torres Novas.	Ajuste directo (trabalhos a mais).	3 586,23	GIMANCE, L. ^{da}
Reparação e remodelação da Esquadra de Benfica — COMETLIS.	Concurso limitado . . .	101 034,64	Sociedade de Construções Aldeia Nova, L. ^{da}
Reparação da cobertura do edifício do antigo picadeiro da EPP — Torres Novas.	Concurso limitado . . .	76 593	Gaia Pinto, L. ^{da}
Reparação da cobertura do edifício da Bela Vista — COMETPOR.	Concurso limitado . . .	171 336,59	Pereira & Ferreira Pinto, L. ^{da}
Reparação e remodelação da cobertura dos edifícios gráficos e garagem na Direcção Nacional.	Concurso limitado . . .	107 018,45	Sociedade de Construções Aldeia Nova, L. ^{da}
Conservação e manutenção da Casa de Função do Comandante do CR dos Açores.	Concurso limitado . . .	50 296,14	MADIÇOR, L. ^{da}
Adaptação e recuperação da carreira de tiro do CP de Leiria.	Concurso limitado . . .	118 157,47	LOVARTE, L. ^{da}
Reparação das instalações sanitárias dos edifícios de subchefes na EPP — Torres Novas.	Concurso limitado . . .	149 676,07	LOVARTE, L. ^{da}
Reparação e remodelação dos balneários no edifício principal da EPP — Torres Novas.	Concurso limitado . . .	158 577,47	Gaia Pinto, L. ^{da}

Designação da obra pública	Forma de atribuição	Valor com IVA (euros)	Adjudicatário
Reparação e remodelação da Esquadra de Benfica — COMETLIS.	Concurso limitado (trabalhos a mais).	14 905,48	Sociedade de Construções Aldeia Nova, L. ^{da}
Reparação da cobertura do edifício do antigo picadeiro da EPP — Torres Novas.	Concurso limitado (trabalhos a mais).	8 760,40	Gaia Pinto, L. ^{da}
Reparação e remodelação da cozinha da EPP — Torres Novas (a).	Ajuste directo (trabalhos a mais).	33 046,30	MIU — Gabinete Técnico de Engenharia, L. ^{da}

(a) Referente a um procedimento adjudicado em 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 14 de Fevereiro de 2006.

28 de Agosto de 2007. — A Directora do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial, *Ana Maria Tavares de Almeida e Bessa*.

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 20 693/2007

Por despacho do director nacional de 11 de Julho de 2007, e em cumprimento dos n.ºs 4 e 6 do artigo 62.º da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, foi renovada a comissão de serviço do cargo de 2.º comandante do Comando de Polícia de Segurança Pública de Faro, com efeitos a 11 de Junho de 2007, ao subintendente M/100015 — Carlos Alberto Conceição Anastácio.

12 de Julho de 2007. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

Despacho (extracto) n.º 20 694/2007

Por despacho de 10 de Julho de 2007 da directora nacional-adjunta para a Área de Recursos Humanos da Polícia de Segurança Pública, foi rescindido o contrato de prestação de serviço em regime de avença com o Dr. Carlos José Soares Martins, médico de clínica geral do posto clínico do Grupo de Operações Especiais, com efeitos reportados a 1 de Setembro de 2007.

24 de Julho de 2007. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 16 760/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, Rajko Bjelanovic, natural de Kistanje, República da Croácia, de nacionalidade croata, nascido em 2 de Janeiro de 1950, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

17 de Agosto de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 16 761/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, Aliu Mendes, natural de Pelundo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 12 de Outubro de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

17 de Agosto de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 16 762/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, Ernesto Gomes, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 7 de Novembro de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei

n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

17 de Agosto de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 16 763/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, Alcides Roberto Mota, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 19 de Maio de 1975, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

17 de Agosto de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 16 764/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, Reinalda de Oliveira Horta, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 9 de Fevereiro de 1964, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

17 de Agosto de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 16 765/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Cândida Sanuca Rodrigues Catrongo, natural de Benguela, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 15 de Abril de 1969, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

17 de Agosto de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 16 766/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, Revelino Bucar Fati, natural de Farim, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Março de 1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

17 de Agosto de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 16 767/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, Maria Ana Lopes Garcia, natural de